Apresentação

Carlota Boto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BOTO, C. Apresentação. In: SILVA, E.O.C., SANTOS, I.G. and ALBUQUERQUE, S.L., orgs. *A história da educação em manuscritos, periódicos e compêndios do XIX e XX* [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, pp. 7-13. ISBN 978-85-7511-483-4. <https://doi.org/10.7476/9788575114834.0001>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

APRESENTAÇÃO

Carlota Boto

Se os campos ou territórios da pesquisa têm uma marca, eu diria que a marca da história da educação brasileira hoje é a de buscar entrelaçar as representações sobre a escola e sobre a infância com os usos e costumes cotidianos das práticas institucionais. Assim, a história das teorias alicerça-se em uma história das práticas. Na confluência, organizam-se os significados que a área vem conferindo à temática. A história dos discursos educacionais presentes nas teorias, nos jornais, nos periódicos, na literatura, no Parlamento, articula-se com outra história, que diz respeito aos métodos, às cartilhas, aos compêndios didáticos, às salas de aula, aos cadernos de classe... O resultado desse procedimento metodológico, que diversifica suas fontes documentais e as perguntas que são lançadas a elas, corresponde a um inventário de atividades de ensino efetivamente engendradas no dia a dia das instituições escolares.

O livro organizado por Edgleide de Oliveira Clemente da Silva, Ivanildo Gomes dos Santos e Suzana Lopes de Albuquerque, sob o ilustrativo título *A história da educação em manuscritos, periódicos e compêndios do século XIX e XX*, corresponde ao que há de mais fértil na produção da história da educação brasileira. Entremendo um conjunto variado de documentos, os autores palmilham criteriosamente o campo da pesquisa e da escrita da história da educação, concentrando-se, sobretudo, na trajetória do debate pedagógico e das instituições escolares de Alagoas. Cada um dos capítulos tem uma identidade própria, embora eles apresentem entre si uma clara interface, como numa teia que confere a urdidura ao sentido de conjunto.

Em “A instrução nas Alagoas no período colonial: os manuscritos e os primeiros vestígios de uma educação não dirigida por religiosos”, Ivanildo Gomes dos Santos e Mauricéia Ananias debatem o tema da relação do historiador com suas fontes e seus arquivos. Ancorados na referência de Marc Bloch e Certeau, os autores refletem sobre os procedimentos de interrogação das fontes. A partir daí, retomam a formação histórica de Alagoas e o modo como foi instituída a educação religiosa nos primeiros tempos da colônia. Identificando a região como sendo marcada pelo latifúndio, pela escravidão e pelo patriarcalismo, os autores atentam para a maneira pela qual esse território, que apenas em 1817 se emanciparia de Pernambuco e passaria a constituir a capitania de Alagoas, abrigou ainda no século XVI missionários franciscanos e carmelitas que buscaram converter os índios ao catolicismo, dedicando-se, nesse sentido, à educação e à catequese. O texto, que trabalha com fontes inéditas, volta-se para a indagação sobre a possibilidade de existência de aulas públicas na Comarca no último quartel do século XVIII. Para tanto, vale-se de um requerimento de um professor que pedia à rainha, no ano de 1784, um adiantamento de seus vencimentos. Ele havia sido recentemente nomeado como professor de Gramática Latina da Vila de Alagoas e pedia o referido adiantamento para pagar suas despesas, sobretudo, as de transporte. Os autores consideram que esse seria o primeiro professor público localizado em Alagoas, lembrando que ele teria sido processado pelo Santo Ofício no ano de 1796, sob a acusação de fazer proposições heréticas, agindo de forma pouco condizente com o padrão estabelecido naquele tempo. Trabalhando outros casos como esse, o texto identifica um paradoxo entre a orientação religiosa do mundo luso-brasileiro e o período de renovação, a partir dos ideais do Iluminismo. Os autores levantam um conjunto de professores com trajetórias bastante significativas para sua época, dentre os quais o professor de Geometria Joaquim de Amor Divino, o Frei Caneca, que, entretanto, exerceu a cadeira por pouco tempo.

Suzana Lopes de Albuquerque, em “Filosofia panescática de Jacotot nos periódicos brasileiros oitocentistas (1847-48)”, reporta-se ao debate, no Brasil do século XIX, entre os métodos de leitura e os modos de ensino. A autora parte do pressuposto de que havia um contexto de internacionalização das ideias pedagógicas e que isso levou a que um modelo de ensino desenvolvido pelo francês Joseph Jacotot fosse apropriado para o Brasil, a partir da ação de José da Costa e Azevedo, primeiro diretor da Escola Normal de Niterói. O referido capítulo discute como o periódico *Sciencia* divulgou, entre 1847 e 1848, esse método de Jacotot a partir de seus seguidores brasileiros e do embate que ocorria com a figura pública de Antônio Feliciano de Castilho, um educador português que também tinha interesse em divulgar no Brasil seu método de alfabetização. Nessa revista, havia explicações sobre os princípios do método de Jacotot, sua história e os modelos de sua aplicação. É muito interessante o embate de Costa Azevedo com Castilho. Este último dizia rejeitar o método que ensinava a ler por sílabas, somando-as para a formação das palavras. O método de Castilho era sintético e tomava como ponto de partida o ensino das letras por seus sons. Mas, no fundo, o que estava em causa era a possibilidade de o Império assumir um dos referidos métodos de ensino. Suzana, nesse capítulo, reconstitui um importante episódio, portanto, seja da história da didática em nosso país, seja, de maneira mais ampla, da história da educação e do debate das ideias pedagógicas.

Maria das Graças de Loiola Madeira escreve o capítulo intitulado “Magistério e literatura em periódicos alagoanos da década de 1880: as composições poéticas das professoras Alcina Leite e Maria Lucia Romariz”. Alcina Leite publica em 1889, em Alagoas, a obra de poesia intitulada *Campesinas*. Em 1888, Maria Lucia Romariz cria um almanaque voltado para a publicação de produções literárias de mulheres. As duas foram, assim, protagonistas das primeiras publicações femininas na província alagoana. Eram

duas jovens professoras que enfrentaram a produção predominantemente masculina do mercado editorial. Ambas, então, naqueles anos, iniciavam sua carreira docente e, paralelamente, sua atividade literária. Maria das Graças propõe-se a reconstituir essa história como uma forma de meditação sobre os vínculos entre magistério e literatura no Brasil imperial. Nesse sentido, a autora recompõe delicadamente a literatura poética de Alcina Leite, trazendo à tona sua obra, para conhecimento do leitor. Ao fazer isso, aparece no texto algum eco da “história das mentalidades”, já que recompor a produção da poetisa significava confrontar as maneiras pelas quais ela representava a si mesma e sua própria época em seus escritos. Maria Lucia Romariz, que havia sido fundadora do colégio Atheneu Alagoano, fundou também a *Revista Alagoana* e o *Almanach para senhoras alagoanas*. Por essa dupla iniciativa, visava a divulgar a literatura feminina brasileira. Com o colégio Atheneu, por sua vez, Maria Lucia pretendia oferecer às moças alagoanas a possibilidade de frequentar um curso secundário, com a finalidade de que elas se preparassem para, em seguida, adentrarem o curso superior. Maria das Graças considera que a trajetória de ambas as intelectuais expressava um protagonismo no magistério primário, que se dava, sobretudo, por uma ativa e militante escrita literária desenvolvida pelas duas.

Em “Thomaz Espindola e a Geografia escolar do Império brasileiro: uma análise do compêndio *Elementos de Geografia e Cosmografia oferecidos à mocidade alagoana* (1885)”, Edgleide de Oliveira Clemente da Silva trabalha a obra do médico alagoano Thomaz Espindola. Esse intelectual era professor de Geografia, Cronologia e História no Liceu de Alagoas, sendo também professor de Higiene no Liceu de Artes e Ofícios. Além de professor, Espindola foi diretor geral dos estudos entre 1866 e 1868. Foi deputado em várias legislaturas e atuou inclusive como presidente interino da província de Alagoas. Ele defendeu que a cadeira de Geografia e a de História, bem como a de Língua Inglesa, permanecessem como

matérias obrigatórias nos currículos do Liceu. Elaborou seu compêndio de Geografia como estratégia para divulgar uma dada concepção desse conhecimento geográfico, que colocou como saber voltado para a mensuração e para a modelação das demais ciências. Nesse sentido, Espindola conferiu prioridade ao ensino de uma Geografia Geral, que pudesse abarcar os distintos conhecimentos geográficos que formam os diferentes continentes do globo. Essa concepção é correlata a uma determinada visão de civilização que tem na lógica evolutiva seu significado. Haveria estágios de evolução entre povos que, por comparação, seriam selvagens, bárbaros ou civilizados. O saber da Geografia teria, portanto, o papel de indicar uma determinada concepção de civilização, que tem a marca europeia como sua principal referência.

“Revisitando Arthur Ramos: a cultura negra e o debate da educação e seu poder de correção e controle social na década de 1930” é o título do capítulo de Monica Luise Santos. A autora aborda a trajetória do intelectual Arthur Ramos para mostrar o quanto ele se contrapôs à perspectiva do evolucionismo social, tão cara a outros teóricos de sua época. Em *A criança problema*, Arthur Ramos desfaz a visão racista de toda uma geração de intelectuais, que pensavam a nação em termos de raças e, por aí, postulavam a inferioridade da população brasileira. Arthur Ramos contrapôs-se à matriz da raça como motivo da explicação do país, mas recaiu em outra fonte de estigma, expressa na ideia de que existiriam culturas adiantadas e culturas atrasadas. Nesse sentido, o problema que deixara de ser médico-biológico, tornava-se cultural. A sociedade brasileira permanecia classificada como atrasada pelo fato de ser marcada por uma mentalidade pré-lógica. A educação era tida aqui como dispositivo para engendrar comportamentos considerados adequados e bem-quistos do ponto de vista social. A partir de 1933, Arthur Ramos – a convite de Anísio Teixeira e, portanto, no âmbito do movimento da Escola Nova brasileira – dirigiria o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesqui-

sas Educacionais do Rio de Janeiro. Foi na direção desse Instituto que ele realizou as pesquisas que resultaram em algumas de suas principais publicações, entre as quais, *A criança problema*, de 1939. Dessa maneira, Monica Luise Santos conclui, demonstrando que Arthur Ramos recusou a tese de inferioridade biológica da população negra, mas não rejeitou a tese segundo a qual haveria indícios de inferioridade cultural da parcela iletrada da população. O povo continuava, assim, subsumido por seu lugar social em um estado varguista que se pretendia moderno e civilizado.

Regina Brito Mota dos Santos, no capítulo intitulado “A infância na *Revista de Ensino* (1927-31) em Alagoas: um contraponto com Walter Benjamin”, aborda um periódico – *Revista de Ensino* – dirigido aos professores e que publicava planos de aula e ensaios dos docentes da Escola Normal de Maceió, do Liceu Alagoano e dos Grupos Escolares. A referida revista, a par dessa atividade, tinha o intuito de espalhar o pensamento pedagógico produzido na Europa e na América do Norte, como instrumentos voltados para a possibilidade de solucionar os impasses do ensino no Brasil. Havia – como diz Regina – uma “pluralidade de vozes” na configuração da *Revista*: por um lado, a predominância do discurso da Escola Nova e, em especial, de John Dewey; e por outro, a predominância de um discurso católico, que pretendia, pela educação, preservar valores morais religiosos. Daí a autora relata que Saviani identifica na *Revista de Ensino* uma espécie de “Escola Nova católica”. Buscava-se a modernização do Brasil e, com isso, tematizavam-se o corpo e a mente, bem como a higiene da criança. Rejeitava-se a memorização de conteúdos no ensino ministrado. Defendia-se a observação e a experimentação como instrumentos para a preparação para o mundo do trabalho. A escola ativa considerava a proeminência da criança no ato educativo. Nesse sentido, valorizava as condições de sua espontaneidade. A autora apresenta o relato de alguns artigos, como, por exemplo, o texto “Disciplina da liberdade”, publicado na *Revista do Ensino* em 1928. Tomando

a perspectiva de Montessori como ideal regulador, a liberdade da criança era defendida como uma tática para cultivar nesta um autocontrole, passível de pautar-se em hábitos de asseio, de ordem e de disciplina. Esse discurso se coadunava com a proposta da Igreja Católica, que vê na criança a imagem de uma criatura edulcorada, produtiva e iluminada. A criança que conferirá, portanto, centralidade à harmonia familiar. Essa infância idílica não encontrava correspondência na situação de pobreza extrema em que vivia a maioria das crianças no Brasil. A realidade histórica na qual se encontrava a infância real não era, portanto, contemplada nos discursos que diziam a infância idealizada.

Enfim, amparados por significativos conjuntos documentais que constituem as fontes das análises aqui empreendidas, os pesquisadores envolvidos neste livro reconstituem trajetórias de infância e percursos de escola bastante interessantes para se pensar não apenas a história da educação de Alagoas, mas também, sobretudo, a história da educação brasileira. Além disso, trata-se do conjunto de temas e de problemas originais e criativos, que dão a ver aspectos importantes da história da cultura no país.